

PORTARIA PPGPD N. 1 DE 2 DE AGOSTO DE 2021.

Estabelece as diretrizes para as atividades dos Grupos de Estudos e Pesquisa em Direito e Inovação - GEPDIs vinculados ao Programa de Pós-Graduação da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados - Enfam e dá outras providências.

O COORDENADOR-GERAL DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DA ESCOLA NACIONAL DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE MAGISTRADOS MINISTRO SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA – ENFAM, usando da atribuição conferida pela Portaria Enfam n. 12 de 4 de setembro de 2020,

RESOLVE:

Art. 1º As atividades dos Grupos de Estudos e Pesquisa em Direito e Inovação – GEPDIs vinculados ao Programa de Pós-Graduação Profissional em Direito – PPGPD da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – Enfam observarão as diretrizes e normas constantes desta portaria.

DOS OBJETIVOS DOS GEPDIs

Art. 2º O objetivo geral dos GEPDIs, no âmbito do PPGPD/Enfam, é contribuir para a realização e a consolidação da pesquisa voltada ao aperfeiçoamento das atividades e dos resultados da atuação do Poder Judiciário, por meio de:

- I – integração entre os pesquisadores;
- II – otimização do uso dos recursos destinados à pesquisa; e
- III – nucleação do programa de pós-graduação, instrumentalizando os processos de interlocução entre grupos de pesquisa de diferentes programas.

Art. 3º São objetivos específicos dos GEPDIs vinculados ao PPGPD/Enfam:

- I – investigar, monitorar e propor tratamento, quando for o caso, para os fenômenos relacionados à atuação do Poder Judiciário;
- II – estimular a produção científica e tecnológica no âmbito do PPGPD/Enfam, especialmente voltada à geração de benefícios à sociedade e ao alcance dos macrodesafios do Poder Judiciário;
- III – promover a produção intelectual, com ênfase nas diversas perspectivas dos pesquisadores frente ao Poder Judiciário;
- IV – avaliar os impactos de programas e ações realizados no âmbito do Poder Judiciário, desenvolvendo mecanismos de monitoramento permanente dos resultados alcançados;
- V – identificar e avaliar a aderência da atuação do Poder Judiciário, nas suas diversas frentes, aos objetivos de desenvolvimento sustentável da Agenda 2030 da ONU;

VI – favorecer a integração entre o ensino, a pesquisa e a extensão no PPGPD/Enfam;

VII – congregar pesquisadores da magistratura ou externos, cujos projetos se organizem a partir de temáticas de interesse comum, com aderência à área de concentração do PPGPD/Enfam;

VIII – desenvolver pesquisas em temas compatíveis com o mestrado profissional;

IX – estimular os pesquisadores experientes a se envolverem com discentes e outros magistrados dedicados à pesquisa;

X – contribuir para o desenvolvimento de pesquisas multidisciplinares ou transdisciplinares; e

XI – estimular intercâmbios e parcerias nacionais e internacionais para o desenvolvimento de pesquisas, a difusão do conhecimento produzido no âmbito da PPGPD/Enfam e sua divulgação para a sociedade.

DAS LINHAS DE ATUAÇÃO E DE PESQUISA

Art. 4º Cada GEPDI será organizado a partir de linhas de atuação e de pesquisa próprias, observada a aderência à área de concentração Direito e Poder Judiciário, do PPGPD/Enfam.

Art. 5º O projeto de criação de GEPDI deverá ser submetido à Coordenação Acadêmica do PPGPD, contendo ementa, linhas específicas de atuação e pesquisa, objetivos gerais e específicos, proposta de metodologia de trabalho e bibliografia básica e complementar.

DA COMPOSIÇÃO DOS GEPDIs

Art. 6º Cada GEPDI deverá ser composto pelo mínimo de dois e o máximo de dez pesquisadores, sob a liderança de um professor-doutor do corpo permanente da Enfam.

§ 1º O limite máximo de pesquisadores não impede a participação de colaboradores e técnicos em atividades de estudo ou pesquisa em desenvolvimento no GEPDI.

§ 2º A Coordenação Acadêmica do PPGPD poderá autorizar, em casos excepcionais, que a liderança de GEPDI recaia sobre magistrado pesquisador externo ao PPGPD/Enfam.

§ 3º Docentes do corpo permanente e discentes regularmente matriculados no PPGPD/Enfam terão prioridade na composição dos GEPDIs.

§ 4º Para a composição dos GEPDIs deverão ser destinadas vagas para pesquisadores externos, de forma a garantir a interinstitucionalidade do programa de pesquisa.

Art. 7º Poderão atuar como pesquisadores:

I – magistrados brasileiros de qualquer grau de jurisdição, vinculados ou não ao PPGPD/Enfam;

II – servidores do Poder Judiciário;

III – professores e pesquisadores de áreas do conhecimento diferentes da área jurídica;

IV – professores e profissionais da área jurídica, com dedicação integral e

exclusiva à academia, à atividade de natureza pública ou à atividade voluntária (*pro bono*); e

V – professores e pesquisadores estrangeiros.

DO FUNCIONAMENTO DOS GEPDIs

Art. 8º Os GEPDIs realizarão encontros quinzenais ou em menor periodicidade, em dias e horários a serem definidos ao início de cada semestre.

§ 1º Caberá ao líder do grupo a elaboração, a divulgação e o encaminhamento do calendário à Coordenação Acadêmica do PPGPD/Enfam, bem como a realização de eventuais ajustes de datas e horários.

§ 2º Os encontros ocorrerão presencialmente na sede da Enfam ou a distância, de forma telepresencial.

Art. 9º A metodologia de trabalho de cada GEPDI deverá ser estabelecida em comum acordo entre os pesquisadores e poderá ser revista semestralmente ou a cada mudança substancial na respectiva composição.

§ 1º Por ocasião do primeiro encontro do grupo, a cada semestre, o líder do grupo fará uma exposição geral sobre as linhas de pesquisa e possíveis temas relacionados, apresentando aos integrantes uma proposta de metodologia e de bibliografia básica a ser debatida para adoção ao longo do período.

§ 2º A pesquisa aplicada e o método empírico devem ser priorizados, sempre que adequados às investigações pretendidas.

§ 3º Os integrantes do GEPDI, em conjunto ou separadamente, poderão realizar, anualmente, eventos científicos com o objetivo de compartilhar, aperfeiçoar e difundir seus estudos e sua pesquisa, cabendo-lhes produzir, como resultados de suas atividades, relatórios de pesquisa e artigos científicos.

§ 4º A produção intelectual dos pesquisadores deverá ser permanentemente estimulada nos GEPDIs, em especial a publicação de artigos pertinentes às pesquisas desenvolvidas ou em estudo.

§ 5º Ao submeter os artigos à publicação, os pesquisadores deverão priorizar os periódicos que tenham sido indexados com Qualis A1 até B1.

Art. 10 Os pesquisadores deverão permanecer no GEPDI pelo prazo de 1 ano, a contar da publicação da portaria de designação, salvo por motivo justificado formalmente ao líder do grupo, sendo permitida uma recondução, por igual período.

DOS PRINCÍPIOS ÉTICOS APLICÁVEIS AOS GEPDIs

Art. 11 Os pesquisadores e integrantes dos GEPDIs terão assegurados e deverão observar os seguintes princípios éticos da pesquisa científica:

I – liberdade, autonomia, imparcialidade e isenção de todos os envolvidos na elaboração da pesquisa, preservando-se plena liberdade científica e acadêmica;

II – recusa do arbítrio ou influência e prevenção de vieses cognitivos nos processos de pesquisa;

III – defesa dos direitos humanos e respeito aos valores culturais, sociais, morais e religiosos, bem como aos hábitos e costumes dos participantes das pesquisas;

IV – empenho na ampliação e consolidação da democracia por meio do compartilhamento da produção de conhecimento e da aplicação prática do resultado da

pesquisa, inclusive em formato acessível ao grupo ou população que foi pesquisado;

V – recusa de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de indivíduos e grupos vulneráveis e discriminados e às diferenças dos processos e métodos de pesquisa;

VI – garantia do assentimento ou consentimento dos participantes das pesquisas, esclarecidos sobre seu sentido e implicações;

VII – garantia da confidencialidade das informações, da privacidade dos participantes e da proteção de sua identidade, inclusive do uso de sua imagem e voz;

VIII – garantia da não utilização, por parte do pesquisador ou de terceiros, das informações obtidas em pesquisa em prejuízo dos seus participantes;

IX – compromisso de todos os envolvidos na pesquisa de não criar, manter ou ampliar as situações de risco ou vulnerabilidade para indivíduos e coletividades, nem acentuar o estigma, o preconceito ou a discriminação no processo de pesquisa.

Art. 12 A realização de pesquisa com seres humanos, após avaliação do grupo quanto à respectiva viabilidade e relevância, deverá ser submetida pelo pesquisador-líder ao Comitê de Ética da Enfam, por meio da Plataforma Brasil.

Art. 13 Os líderes deverão incluir e manter atualizados os respectivos GEPDIs no Diretório de Grupos de Pesquisas do CNPq, cabendo à Coordenação Acadêmica da Enfam realizar a respectiva certificação.

Art. 14 Os casos omissos serão resolvidos pelo Coordenador-Geral do PPGPD/Enfam.

Art. 15 Fica revogada a [Portaria n. 1 de 25 de novembro de 2020](#).

Art. 16 Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MINISTRO ANTONIO HERMAN BENJAMIN
Coordenador-Geral